

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO NO PROCESSO EDUCATIVO AMAZÔNICO EM FUNÇÃO DA COVID-19

Isaías dos Santos¹
Noélio Martins²
Jalna Gordiano³

RESUMO:

A pandemia mais cruel dos últimos cem anos modificou, instantaneamente, a vida de todos. Em meio a isso veio à tona problemáticas de todas as esferas sociais que se encontravam camufladas, maquiadas. Todas as atividades presenciais necessitaram de suspensão em meio ao espalhamento viral, como uma forma de contenção. As instituições escolares fecharam suas portas, mas precisavam dar continuidade ao processo educativo. O ano de 2020 foi atípico e diversos relatórios, como o do Banco Mundial (2021) e UNESCO (2020), alertaram que essa atual crise da educação é silenciosa e a mais cruel — uma vez que os seus danos tendem a calhar em longo prazo. Pensando esse contexto, surge a necessidade de investigar cenários da educação na Amazônia Brasileira a fim de mostrar — através de relatos de alunos e professores — a profundidade desse déficit do método adotado na práxis educacional: o ensino à distância. Esse estudo se torna proeminente porque averigua e propõe que a Amazônia, por ser um universo à parte, necessita de um olhar denso e ações profundas para vivenciar uma educação refém da equidade. A pesquisa é exploratória, descritiva, de caráter qualitativo e fundamenta-se numa análise bibliográfica e etnográfica, versando caracteres de cenários educativos para o pós-pandemia e no próprio contexto. O embasamento teórico e a construção de análise são respaldados a partir de Santos, Vasconcelos e Albuquerque (2020); Severino (2008); Bardin (2009); Delors (2001); Zhou, L. *et al.* (2020); Credo (2019); Banerjee *et al.* (2007); Campuzano *et al.* (2009); Kenski (2012); Velanga *et al.* (2014).

Palavras-chave: SARS-cOV-2; Amazonas; Práxis Educativa; Ensino Remoto; Desigualdades.

1. Introdução

A Amazônia é morada de encantos, mistérios, lendas, contos e narrativas de povos tradicionais e ameríndios. Abriga vastidão de culturas, cosmologias, amazonidades, consaguinidades e um bioma afortunado em fauna e flora. É um universo único. Infelizmente, a esse cenário extravagante somou-se a crise sanitária e da saúde, gerando uma explosão de casos e mortes a esses sistemas. Concomitante, educandos e professores sofreram perdas significativas, algumas delas irreversíveis em decorrência do negacionismo científico. Enfrentando ações de megaempresas, de obscurantistas e da extrema-direita de viés fascista, permanecemos assistindo a uma fileira de medidas de flexibilização de normas de segurança sanitária, sem a devida universalidade da vacina e um bom trabalho de distanciamento social preventivo.

Educandos e professores sofreram e sofrem pelo desmanche que o Ministério da Educação e todo o sistema técnico-educacional, além de acadêmico-científico, passam por

¹ Mestre em Ciências da Educação – Saint Alcuin Of York Anglican College/CHILE.

² Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia – UFAM; Professor do Instituto Federal do Amazonas – IFAM.

³ Bacharel em Serviço Social – UNINORTE.

conta da pandemia, mas também por inaptidão e desdém por parte do Governo Federal, que não busca alternativa para diminuir o flagelo na educação brasileira. Nesse ínterim, percebemos a importância de investigar justamente esse processo de desmanche em parcela da Amazônia Brasileira, e especificamente em parte da Amazônia Central.

A presente investigação é de natureza etnográfica, com viés exploratório e descritivo, de validade externa. Realizada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, no limite com o Estado do Pará, a 369 km em linha reta de Manaus/AM, realizamos as seguintes etapas: i) levantamento teórico relacionado à temática abordada; ii) vivência na conjuntura educacional partindo de observações etnográficas no âmbito da sociedade e ambiente escolar; e iii) coleta de narrativas de alunos e professores. Entrevistados foram identificados com letras e números a fim de que identidades fossem respeitadas (SEVERINO, 2008). A análise é respaldada nos vieses de conteúdo manual (BARDIN, 2009).

2. Educação do Amazonas na pandemia: reflexões sobre a conjuntura

Em dezembro de 2019 a província de Wuhan, na China, registrava o primeiro caso confirmado do SARS-CoV-2. A epidemia se desdobraria em seguida. Em janeiro de 2020, o surto atingiu a Europa e se espalhou pelo mundo. Em fevereiro, já havia registro da covid-19 em território brasileiro, onde rapidamente, devido às mazelas sociais — a banalização, o desdém governamental e a precária situação de vulnerabilidade de populações periféricas, tradicionais e originárias — foi disseminado em grande escala. Um dos territórios que mais sofreram logo de início foi o Estado do Amazonas.

Por conta disso, 2020 foi um ano repleto de mudanças. Estilos de vida e modos de se reinventar e construir a sociedade foram observados. Como o próprio vírus, houve adaptação entre nós. Obviamente, a conjuntura social não era a mesma e foi preciso repensar mudanças pertinentes para dar prosseguimento às atividades em geral. Sobre isso, nos reportamos a Amazônia Central, com foco no Baixo Amazonas.

Povos originários e tradicionais que compõem esse território integram-se com a diversidade de saberes e fazeres, incluindo-se heranças cosmológicas, hierarquias clânicas, parentescos e consaguinidades. São populações que, transversalmente, pela práxis de caráter cultural, cultivam heterogeneidades socioeconômicas e constituem o espaço amazônico em sua histórica formação de classes.

Nesse cenário do novo coronavírus, realidades controversas se mostraram como rupturas, brechas que foram francamente expostas. Com isso, minorias sofreram muito mais se comparadas à população em geral. No âmbito educacional, o flagelo se deu na medida em que escolas necessitaram fechar as portas e parar atividades presenciais. Tentou-se encontrar uma maneira de identificar caminhos para que agentes do panorama educacional não sofressem mais perdas. Assim, foi implantada a educação à distância, um método que se mostrou falho por inúmeras razões: preço da conexão, falha na cobertura remota e escassez do instrumental de acesso foram alguns dos entraves.

Diversos relatos e postagens em redes sociais de alunos e professores denunciaram a precariedade do ensino remoto no Estado do Amazonas e, para exemplificar o suposto, coletamos, via vídeo-conferência, relatos do atual cenário educacional em tempos de pandemia, uma vez que fatores concorrentes para perda significativa e abandono de curso se mostraram presentes. Foram feitas indagações referentes ao aprendizado e à experiência adquirida nos momentos em que escolas fecharam as portas e, na solidão de suas casas, aqueles que possuem acesso à internet precisaram prosseguir em sua jornada educativa.

O primeiro relato é de aluno(a) da educação básica, de uma escola em tempo integral da rede estadual de ensino. Questionado(a) sobre sua experiência e se houve aprendizado, destacou:

Minha experiência foi péssima. A respeito dos benefícios, posso afirmar que por um lado sim, foi benéfica porque deu continuidade nos estudos, por outro lado não houve porque não teve aprendizado suficiente e já estudo em uma escola de tempo integral. No entanto, não houve aprendizagem. A metodologia da minha escola é integral, e os professores tem um estudo dinâmico para os alunos aprenderem de uma forma mais rápida, e diante desse estudo remoto eles fizeram alguma forma pra nós aprendermos, mas não foi da mesma forma presencial; não teve resultados satisfatórios. (Alunado A; entrevista realizada via vídeo conferência, 2021).

A partir das entrelinhas percebe-se que sua experiência no ensino remoto refletiu a conjuntura que se estende a diversos educandos: um experimento não agregador para a formação. É válido destacar que, em se tratando de benfeitorias, a realidade do ensino remoto não trouxe à tona um avanço educacional à pessoa entrevistada. Assim, supõe-se que essa pode ser uma perspectiva aplicável a demais educandos.

Referente à categoria de aprendizagem, salientamos que, nos preceitos do relatório de Delors (2001), a educação escolar se fundamenta em quatro categorias básicas e essenciais,

constituindo-se consideradas na definição conceitual do termo: i) *aprender a conhecer*; ii) *aprender a fazer* iii) *aprender a viver juntos* e iv) *aprender a ser*. Na configuração, o processo educativo está assim constituído porque subsídios condicionantes do i) *aprender a distinguir* dirigem-se à propriedade dos oportunos utensílios da ciência; ii) do *aprender a fazer* ligam-se à formação profissional e bem como a educar o educando a colocar em exercício seus conhecimentos; iii) do *aprender a viver juntos* configuram-se enquanto um dos máximos desafios da educação, já que refere-se em instruir-se a coexistir com distintos costumes, línguas, culturas e religiões; iv) e concernente ao *aprender a ser* estes estão relacionados à preparação para a vida, sobretudo na mocidade, de maneira a construir discursos independentes e críticos, aperfeiçoando suas circunspeções de valor.

O processo educativo, desta feita, não se resume à capitalização de conhecimentos na garantia de um fecundo procedimento de aprendizagem. Esse artifício precisa ir além, necessita de ampliação no sentido de aptidões para se cultivar, buscar, edificar, enraizar e enriquecer saberes que dialoguem e concretizem-se no dia-a-dia como conquista e direito de cidadania.

Sobre a narrativa da entrevista, caracterizamos que, na experiência com o ensino remoto em tempos de pandemia, “não houve aprendizagem”. E esse foi um cenário que se ampliou ante a realidade de diversos municípios da Amazônia brasileira e da extensão territorial do Brasil, assim como no Amazonas. Mas percebe-se que a diferença entre a metodologia do ensino presencial e a do remoto, com base na fala do aluno A, é apresentada em relação à dinâmica da atividade. No ensino remoto a transferência de conhecimento é mais recorrente e talvez até maior, centrando no “entupimento” de conteúdo. No presencial, as complexidades da vida cotidiana podem ser mais bem dialogadas no cerne da mediação do ensino. Concernente a essa diferença, reportamo-nos a Paulo Freire (2013, pág. 45) quando comenta que “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Aspecto distante da realidade do ensino remoto na pandemia.

O segundo relato é de estudante de universidade pública. Ao se indagar sobre sua experiência no ensino remoto, verificou-se:

Bom, logo no início da pandemia, eu já tinha começado o período e estava quase um mês e meio que havia iniciado quando teve que parar tudo, foi uma mudança bem drástica. Eu possuía uma aula específica, como é o meu caso, final de curso, os últimos períodos têm matérias específicas, aulas práticas... e que eu tive que assistir por EAD. E isso foi bem complicado porque a gente não tem como aprender a fazer uma cirurgia

por vídeo conferência, não tem como a gente aprender a cortar tecidos de formas mais leves e afins; não tem como fixar isso por slide ou vídeo, tem que viver, tem que praticar essas competências. E esse aspecto, essa parte fundamental da nossa formação, nós não conseguimos ter. (Alunado B; entrevista realizada via vídeo conferência, 2021).

As mazelas escancaradas pela pandemia mais cruel dos últimos cem anos não se conjecturam apenas a aspectos de desumanização social. Fraturas expostas se estendem a todos os segmentos que regem a sociedade. No âmbito educacional, flagelos são gigantescos, conforme observamos na fala que seguiu. O exemplo mencionado conjectura a respeito da falta de dinamicidade que se estende às aulas não presenciais e ao aspecto conteudista. Se de um lado o ensino remoto foi opção para prosseguir, por outro o método esboça o que de mais saliente está posto entre os retrocessos educacionais, inferindo que esta modalidade de ensino não é capaz de suprir o método presencial.

Conforme Santos, Vasconcelos e Albuquerque (2020), para se proporcionar ensino isonômico nas diversas instituições, Estado e governos carecem de obter e exercitar a acessibilidade, categoria fundamental para o aprendizado, em uma autêntica justaposição de elementos de promoção de equidade e justiça social. “[...] Esse é um exercício que provoca a acessibilidade na proporção de que a primeira não apenas dá acesso ao cidadão sob seus direitos, mas gera um fator de oportunidade nivelado” (pág. 172).

Estudar a distância, via metodologias digitais, não deve ser algo que promova exclusivamente a ampliação de números relacionados à motivação para passar de ano. Entende-se que alunos carecem de compreender o método e apreender que os instrumentais tecnológicos podem ajudar a “[...] fazer deles novos sujeitos, com modernos olhares e perspectivas” (pág. 174).

Captou-se a partir da narrativa as deficiências que o ensino remoto, através das mídias digitais, pode expor. Com isso, foi-se direcionado a uma precisão de repensar a práxis escolar, oportunizar meios e maneiras para que o ensino não se torne uma “cruz” de tormentas aos educandos. Uma das questões essenciais que, a ver, as secretarias de educação junto aos governos federal e estadual precisam concretizar é o acesso universal e gratuito à internet. Sobre a problemática, ela é abordada no que segue.

Tivemos problemas com internet, conexão. A plataforma da própria faculdade caía, ou não conseguíamos ter acesso; os próprios professores não tinham acesso a plataforma, atrasava-se a aula, atrasava-se o conteúdo. Muitos alunos criaram

transtornos psicológicos e tiveram que fazer tratamentos. Há ainda os casos de colegas de turmas que não tem aparelho celular e nem acesso a internet para conseguir acompanhar as aulas. Em Parintins e outras localidades do Estado do Amazonas a conexão de internet é horrível, e isso complicou bastante porque as aulas remotas sempre caíam. O aproveitamento das aulas não foi benéfico e não acrescentou em nada no meu aprendizado, na minha formação educacional, e eu tive – estou tendo – que procurar estudar ‘por fora’, aprender ‘por fora’ e procurando estágios para que eu possa aprender, na prática, o que eu deveria ter aprendido em sala de aula. Enfim, o ensino remoto foi uma experiência negativa. (Alunado b; entrevista realizada via vídeo conferência, 2021).

A má conexão de internet é tema recorrente e realidade perene no Estado do Amazonas. E quando não se possui acesso às tecnologias e tampouco a uma rede de comunicação, o que fazer? Para Santos, Vasconcelos e Albuquerque (2020), internet e novas tecnologias de informação e comunicação afastam não apenas o discente, mas também o docente da zona de comodidade, ou seja, “[...] os afastam da sala de aula (presencial), colocando-os na posição de mediadores tecnológicos” (pág. 172). Sobre esse aspecto, permanece a reflexão centrada em jovens, adolescentes e adultos, no que tange à deficiência do acesso gratuito à tecnologia da rede mundial.

O Amazonas apresenta conjuntura distinta e carece de uma abordagem densa, particularizada e concisa, mas, discutindo exterioridades educativas, dada as populações de caboclos, trabalhadores rurais, indígenas, tradicionais e quilombolas, temos o ensejo dos múltiplos panoramas inscritos nos múltiplos territórios (SANTOS; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2020). Esses panoramas e territórios, na atual conjuntura das atividades a distância, segundo o relatório do Banco Mundial (2021)⁴, apresentam entraves e limitações para se compreender em que medida o ensino remoto não supre a experiência escolar presencial no Estado.

Literatura fundamentada em evidências (SANTOS; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2020), inclusive, manifesta que estudantes com experiência em atividades a distância aprendem menos se comparados àqueles possuidores da vivência presencial no ambiente escolar, mesmo conjecturando distintos fatores que poderiam afetar o desempenho acadêmico.⁵ E ainda quando a educação não é inteiramente a distância, nos casos denominados híbridos, as ênfases recaem acerca de quão assertivamente as tecnologias educacionais de

⁴ <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/17/escolas-fechadas-poderao-afetar-leitura-de-7-em-cada-10-estudantes-do-brasil-diz-banco-mundial.ghtml>. Acesso em: 17/03/2021.

⁵ Referimo-nos aqui às pesquisas de CREDO (2019); (2015) e ZHOU, L. *et al.* (2020).

aprendizagem de educandos aproximam-se de uma realidade presencial ou são insuficientes quanto a isso.⁶

No ambiente amazônico, populações tradicionais, quilombolas, trabalhadores rurais e comunidades indígenas já carregam déficits de aprendizagem por se aterem a processos de educação concentrados em patamares colonialistas e ocidentalistas. E agora, com a intervenção tecnológica, talvez isso seja ainda mais difícil de assimilar. Em vez de questões nativas, lidar com ocidentalismos em períodos de pandemia é um grande problema. Ademais, populações tradicionais padecem de maneira drástica e numa configuração elevada se comparada a alunos de municipalidades do sul e sudeste do país, onde se dispõe de ingresso à educação a distância em elevada taxa, conforme aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Porcentagem das aulas remotas entre Norte e Sul



Fonte: CUNHA, MARTINS e GORDIANO, 2021.

Os dados reforçam a ideia da desigualdade entre norte e sul do país, mostrando que a região norte é um dos territórios mais afetados pela reconhecida crise educacional, econômica e social do presente (SANTOS; VASCONCELOS; ALBUQUERQUE, 2020). Esses dados ajudam a compreender que estamos em nível crítico de acessibilidade na educação. E para

⁶ BANERJEE *et al.* (2007); CAMPUZANO *et al.* (2009).

começarmos a rever isso, seria importante tratar o professor como “prioridade” na vacinação, uma vez que a escola necessita voltar ao ensino presencial, mas com segurança e compromisso. Seria algo essencial, caso houvesse intenção de diminuir a fragilidade do abismo educacional. Mas, como sabemos, essa utopia se mostra apenas em “conta-gotas”, como se dá no caso a seguir.

Uma liderança da Amazônia buscou alternativas e centrou-se na exposição de aulas via rádio e aparelhos televisivos. O caso que se destaca diz respeito a um tipo de mediação educativa desafiadora e propriamente antecessora a todo o panorama ocasionado pelo SARS-CoV-2. A questão aqui exemplificada gira em torno dos espaços de uso comum em comunidades distantes, sem acesso democrático a mídias sociais e meios tecnológicos de comunicação social, além de mídias de compartilhamento, e muito menos estrutura para o ensino se tornar ágil e aberto a todos. Entrevistamos um(a) professor(a) da rede pública de ensino e foi proposto que a pessoa expusesse sua experiência ante a essa realidade educacional.

Desde Março de 2020, no Amazonas, fomos pegos de surpresa pela pandemia do novo coronavírus; uma pandemia a nível global. As escolas, no decorrer dos dias, tiveram que ser fechadas, mas nós professores não paramos em nenhum momento. O governo do Estado, junto à secretaria de Educação, adotou o método de ensino remoto e tivemos que gravar aulas, transmitir ao vivo, elaborar atividades. O maior entrave foi fazer chegar esses conteúdos aos alunos. A maioria dos educandos moram em comunidades longínquas; lamentavelmente esses alunos ficaram desamparados e sem educação. Obtivemos um alto índice de abstenção, mais de 70% de desistência dos alunos. 2020 foi um ano atípico e desastroso para a educação no Amazonas, e 2021 está caminhando para se tornar também. (Professor(a) da educação básica; entrevista via vídeo conferência, 2021.)

Partindo da narrativa, enumeramos aspectos pertinentes que indicam limitações e defasagens do ensino remoto na pandemia. As categorias acentuadas na exposição do(a) entrevistado(a) são referentes a i) fazer chegar esses conteúdos aos alunos e ii) os alunos das comunidades distantes sofrerem abandono. Esse cenário de entraves se dá pela falta de logística, de estrutura e de investimentos por parte de governos da Amazônia Brasileira. Os pouquíssimos investimentos que o governo federal realiza — e tem deixado de realizar cada vez mais — escancara o quão frágil é o sistema educacional do país. E, consecutivamente, é inadmissível que populações das comunidades tradicionais e originárias do Amazonas sejam abandonadas e fiquem destinadas ao acaso.

Através da fala do(a) educador, percebemos que não há políticas públicas eficientes e as pessoas que “pensam” a educação são agentes que desconhecem cenários e políticas públicas eficientes. Portanto, há necessidade de se repensar e correlacionar saberes e fazeres da Amazônia a partir de uma logística de ação eficiente. É o que aspiramos e carecemos, pensando um futuro promissor de uma educação refém da equidade.

3. Para além da pandemia do SARS-CoV-2: educação e possibilidades

A educação está em constante mudança e para conjecturar essas mutações é necessário reflexão. Refletir sobre o ambiente escolar, a práxis pedagógica, as políticas públicas e as bases nacionais comuns e curriculares é propor mudanças profundas na raiz dos problemas e com a intencionalidade de estancar a ferida da inacessibilidade.

O preceito educativo é permeado por inovações na medida em que, por meio das tecnologias, educandos têm acesso a elementos e conhecimentos amplos, estabelecendo na pluralidade um estilo atrativo de se estudar, se comparado às aulas em um ambiente escolar uníssono. Passa a existir, nessa conjuntura, a essencial autonomia de uma original contemplação para a composição do currículo educacional, reconhecendo literalidades legítimas da contemporaneidade, atualizando práticas, metodologias e atos educativos, na finalidade de empregar artifícios como estratégias no processo de ensinar e aprender. Kenski (2012) assegura que é preciso a inteligência na utilização, de forma pedagógica adequada, a de tecnologias a serem inseridas para modos remotos de ensino e aprendizagem.

Não se pode pensar a práxis educativa sem analogia a episódios históricos sociais, sem ajuizar exposições diárias, em que aluno e educador estão implicados. A escola, enquanto atmosfera de identidades sociais que contempla a multiplicidade cultural, carece de acompanhar mudanças históricas, continuando a educação ininterruptamente, em livre atualização, como entende Velanga *et al.* (2014) ao raciocinar que o ensino se adapta a instrumentos disponíveis na coletividade, em conformidade com propriedades materiais do período histórico.

A partir do suposto, e pensando a atual conjuntura da pandemia, destacamos que o Brasil permanece em meio aos países com o tempo mais demorado de encerramento das escolas: 40 semanas. Os países que apresentam o mesmo número são Chile, Argentina, Moçambique e Etiópia. Nos Estados Unidos, epicentro da pandemia no mundo, o tempo de reclusão é de 38 semanas (UNESCO, 2020).

O levantamento manifesta que, anteriormente à pandemia, exclusivamente 1 em cada 5 países admitiu pacto com a equidade na educação através de estruturas de financiamento. No entanto, o setor recebe somente 0,78% dos pacotes de auxílio em todo o planeta, e, a nosso ver, esse subsídio à educação deverá sofrer queda em 12% por pretexto da pandemia. No Encontro de Educação Global, convocado pela UNESCO em Outubro de 2020, governos e companheiros prometeram proteger os capitais da educação e focalizar na recuperação e reabertura segura e inclusiva de ambientes escolares, oportunizando aos professores o desenvolvimento de habilidades e conectividade para todos. Preceitos distantes da realidade que presenciamos, onde governos desamparam a comunidade escolar; caso do Brasil.

Assim, pensar a educação no contexto da Amazônia Brasileira é conjecturar direções de políticas públicas e ações de inserção de alunos em uma forma geral, no âmbito de uma equidade e de uma democracia. Ponderamos a precisão de se repensar a educação neste cenário de pandemia e para além da pandemia, sendo nítido que a vida educativa não será a mesma no pós-pandemia, uma vez que novos formatos de ensino serão fortalecidos à medida em que agentes pensem e reflitam as mazelas ocasionadas pelo SARS-CoV-2.

Propomos, assim, que governos busquem alternativas enquanto a vacinação em massa não ocorre. E uma das alternativas recairia em um acompanhamento geral, que necessitaria de uma ação conjunta entre secretaria de educação e governos da Amazônia, na intenção de diminuir a desigualdade entre populações originárias e tradicionais. Ressalta-se tal questão porque, por meio das falas mencionadas anteriormente, fica evidente que o ensino remoto não trará, em si mesmo, benefícios recorrentes a todos a partir dos cenários de inacessibilidade na Amazônia. A problemática da conexão, a nosso ver, pode ser resolvida se investimentos oriundos do poder público se concentrassem em melhorias dos sistemas educacionais.

Reportamo-nos aqui na distribuição de aparelhos digitais e chips com dados móveis para que educandos acompanhem, ao menos, as aulas em suas comunidades e a instalação de antenas. Em pleno 2021, na era digital, é inoportuno que alunados fiquem à mercê da própria sorte. Na Amazônia, apenas as famílias com rendas altas possuem acesso às redes, enquanto pessoas das diversas comunidades longínquas estão inacessíveis no contexto da rede de conhecimentos, e assim com seu processo educativo ameaçado. Esses são fatores que, no presente, são marcantes para o declínio educacional e social.

O acompanhamento pedagógico é essencial. E a pandemia escancara que o acompanhamento da educação não propõe o avanço significativo para a vida daquele estudante. A priori, em tempos de pandemia e com a impossibilidade de uma volta às aulas sem o ensino híbrido, a única saída é a vacina dos profissionais da educação, alunados e comunidade — vacina em massa.

4. Considerações Finais

A educação e inclusão em tempos de pandemia têm como proposta romper paradigmas da educação tradicional, propondo mudanças que vão mexer na estrutura predominante nas unidades educacionais convencionais. A escola em décadas tem sido agente transformador, seja por leis, currículos ou pela necessidade de receber em seu espaço educacional alunos de todas as classes sociais, credos e raças, como tal, tem sido chamada ao aperfeiçoamento e preparo específico.

Desta forma, ela deverá caminhar no sentido de transformar o ambiente escolar em um norte favorável a uma educação remota como parte de uma nova perspectiva que garanta as adaptações necessárias ao pleno desenvolvimento educacional. O maior entrave a essas mudanças abruptas de comportamento vai se dá justamente na clientela da escola pública.

Na sociedade extremamente desigual em que vivemos, a população pobre é mais vulnerável a pandemia e seus efeitos recaem sobre a educação remota. Nas periferias das grandes cidades da Amazônia e no interior do Estado as famílias paupérrimas vivem no limite da sobrevivência⁷. Características principais: a) famílias numerosas; b) muitas crianças; c) falta de espaços adequados; d) casebres de madeira com apenas dois cômodos; e) baixíssima renda familiar; f) impossibilidade de isolamento domiciliar e social; g) sem acesso aos serviços básicos; h) desemprego ou trabalho informal... Portanto, a população mais pobre, vulnerável, não tem meios se quer para sobreviver quiçá para adquirir meios tecnológicos para estudar.

Nessa perspectiva se torna fundamental o desafio de adequar o Projeto Político Pedagógico da escola, pensar em propostas curriculares inclusivas, rompendo com uma educação de boa qualidade apenas para uma pequena parcela da população. De maneira muitas

⁷ De acordo com levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que 47,4% da população amazonense estava abaixo da linha de pobreza, em 2019. Segundo os dados, de um total de 4,1 milhões de pessoas, 1,9 milhões viviam nessa condição.

das vezes paliativa a escola tem buscado itinerários para evitar a exclusão escolar, porém, não tem desenvolvido com tanto êxito meios pelos quais garantam o acesso e a manutenção do estudante pobre no ensino regular remoto.

No entanto, o problema vai além das possibilidades da escola, recai em uma desigualdade social profunda e aumento gradativo da miséria no Brasil. Frutos de uma política equivocada em todas as áreas por parte do governo federal, percebemos, a cada dia, índices negativos e alarmantes no aumento do abismo social.

Contudo, diante de todos os obstáculos e desafios a enfrentar, educadores vem se superando para suprir as novas necessidades impostas pela pandemia. Não podemos deixar de descartar a importância do papel do professor, peça fundamental para que a educação aconteça. Os professores, juntamente com as equipes pedagógicas, têm se preparado de forma heroica para atender a precisão do trabalho remoto precário que as secretarias de educação impõem.

Esses profissionais precisam não apenas se fundamentarem na formação continuada, mas possuírem meios necessários para desempenhar seu trabalho com qualidade, buscando como objetivo uma educação remota que contemple toda a comunidade escolar. O desafio maior é proteger e investir conhecimento no futuro do capital humano, ou seja, educar tem que ser visto como investimento. Fora isso estaremos fadados ao aumento da desigualdade e todas as mazelas que dela decorre.

Assim, a presente investigação buscou mostrar algumas narrativas, dados que obrigam governos a pensar o cenário profundo da desigualdade escancarado pela pandemia do novo coronavírus; (re)pensar esse sistema educacional é preciso, na finalidade de diminuir esse flagelo entre estudantes da educação.

REFERÊNCIAS

BANERJEE, A., COLE, S., DUFLO, E. e LINDEN, L. Remedying Education: Evidence From Randomized Experiments in India. *The Quarterly Journal of Economics* 122 (3), 2007.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CAMPUZANO, L., DYNARSKI, M., AGODINI, R., e RALL, K. *Effectiveness of reading and mathematics software products: Findings from two student cohorts*. Washington, DC: Institute of Education Sciences - U.S. Department of Education, 2009.

CUNHA, Isaías dos Santos da. *Educação inclusiva na escola municipal Irmã Cristine: considerações preliminares sobre um desafio a ser alcançado*. In: *Educação, comunicação e desafios do presente*. Revista Eletrônica Mutações, vol. 11 n. 18, 2019.

CREDO. *Online Charter School Study*. Center for Research on Education Outcomes – Stanford University, 2015.

_____. *Charter school performance in Ohio*. Center for Research on Education Outcomes – Stanford University, 2019.

Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 12 Mar. 2021.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas-SP: Papirus, 2012.

SANTOS, Isaías dos., VASCONCELOS, Fabrício. e ALBUQUERQUE, Renan. *Reflexões sobre o ensino a distancia no epicentro da pandemia na Amazônia*. IN *Expressões da Pandemia – Fase 2*. Bader B, Sawaia; Flávia R. Bussarello; Juliana Berezoschi; Renan Albuquerque. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim, *Metodologia do trabalho científico 23ª*. Ed. Rev. e atualizada- São Paulo: Cortez, 2008.

VELANGA, C. T. *et al*. *Formação de professores e as novas tecnologias em educação: uma reflexão necessária – 1. ed – Florianópolis: Pandion, 2014. p. 81-100.*

ZHOU, L., LI, F., WU, S. e ZHOU, M. ‘School’s Out, But Class’ On’, *The Largest Online Education in the World Today: Taking China’s Practical Exploration During The COVID-19 Epidemic Prevention and Control As an Example*. Best Evidence of Chinese Education, 2020.